



Ata da 329ª, tricentésima vigésima nona, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em tinta e um de maio de dois mil e vinte e dois. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ de forma remota utilizando-se o link Google Meet em atendimento às determinações legais de prevenção à Covid-19, sob a comando da Diretora Departamento de Benefícios Sra. Sandra Pereira Rossi. Presentes à reunião os conselheiros Adriana Cristina de Souza Faria, Carlos Alberto Abreu dos Santos, Carlos Augusto Zani, Danielle de Paula, Dayane Lisboa Azevedo, José Ricardo Vinhas, Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo, Renata Ramos Vieira, Reynaldo Bueno Prianti Neto, Sueli da Silva Alves da Cruz, Rosimeire Godoy de Lima e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Braulio Elieser Santos da Silva (Justificado), Evandro Paulino de Araújo (Justificado). Também participaram da reunião a assessora financeira e contábil da presidência Fabíola de Melo Silva Carneiro, o advogado do IPMJ Dr. Francisco e o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina. A reunião teve início às 9h05. A reunião iniciou sem a presença da presidente, conduzida pela Diretora Departamento de Benefícios Sra. Sandra, que após os cumprimentos de praxe, explicou que a presidente Rossana informou que se atrasaria devido a um outro compromisso na prefeitura. A Sra. Sandra anunciou a pauta do dia conforme a convocação enviada aos conselheiros, assim, seguiu-se a pauta: 1- Aprovação da Ata da 328ª Reunião Ordinária. A diretora Sandra comunicou que a ata foi encaminhada por e-mail com antecedência aos conselheiros para análise. Aberta a votação, não houve alterações e a ata que foi aprovada sem emendas por unanimidade. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete Abril/2022). O balancete do mês de Abril/2022 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A assessora Fabíola apresentou o balancete destacando inicialmente que o balancete já foi apresentado ao Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável à aprovação, conforme documento disponibilizado ao Conselho Deliberativo. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, esclarecendo a assessora que a Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, Câmara Municipal e Regulação repassaram as contribuições dos servidores referente a folha competência de março, e o IPMJ referente a competência de Abril, que totalizou o valor de R\$ 2.346.988,45 (dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), com um acumulado de R\$ 9.113.810,74 (nove milhões, cento e treze mil, oitocentos e dez reais e setenta e quatro centavos), destacando que o valor neste mês foi superior em decorrência de um repasse no valor de R\$ 488.700,60 (quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos reais e sessenta centavos) referente a uma sentença judicial de servidora da Câmara Municipal, Sra. Djanira, de um período que não houve contribuição (período set/99 a jan/2004). Referente aos acordos de parcelamentos de servidores foi aferido o valor de R\$ 21.365,93 (vinte e um mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos), acumulando o valor de R\$ 73.303,06 (setenta e três mil, trezentos e seis centavos). Foram apresentados os valores lançados como Receita patrimonial (rendimentos reconhecidos orçamentariamente sempre que há movimentação na carteira de investimento – renda fixa, variável, investimentos no exterior ou juros de títulos públicos); registrou as seguintes movimentações: fundos





de renda fixa – R\$ 128.334,90 (cento e vinte oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa centavos), com um resgate na renda variável no valor de R\$ 692.435,83 (seiscentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos), registrando um reconhecimento patrimonial de movimentação total de R\$ 820.770,73 (oitocentos e vinte mil, setecentos e setenta reais e setenta e três centavos), com um acumulado de R\$ 7.613.416,80 (sete milhões, seiscentos e treze reais, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta centavos). Em decorrência das baixas referente a falecimentos foi registrado o valor de R\$ 4.215,93 (quatro mil, duzentos e quinze reais e noventa e três centavos) referente a devolução de benefício, gerando um acumulado de R\$ 619.478,05 (seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e cinco centavos), tendo explicado que o valor é expressivo devido ao repasse que ocorreu no mês de janeiro referente ao auxílio doença e salário família, como explicado no mês de fevereiro. A assessora Fabíola explicou que devido ao não recebimento do COMPREV (compensação previdenciária) no mês de março, como relatado na reunião passada, neste mês o valor foi repassado em dobro, totalizando o valor de R\$ 1.046.322,24 (um milhão, quarenta e seis mil, trezentos e vinte dois reais e vinte e quatro centavos), com um acumulado de R\$ 1.996.147,90 (um milhão, novecentos e noventa e seis mil, cento e quarenta e sete reais e noventa centavos). A assessora explicou como é o repasse do COMPREV, considerando o questionamento apresentado pelo Conselheiro Carlão na reunião extraordinária, complementando ainda, destacou o registro dos honorários advocatícios e outras receitas correntes do IPMJ. Das receitas intraorçamentárias destacou a contribuição patronal paga por todos os órgãos em dia no valor de R\$ 2.076.935,14 (dois milhões, setenta e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos), com acumulado de R\$ 9.664.125,14 (nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e cento e vinte cinco reais e quatorze centavos), a assessora observou o repasse refere-se à contribuição patronal de 16% de alíquota, sendo a alíquota do servidor de 14%. Quanto a contribuição previdenciária em relação aos acordos de parcelamentos, destacou que a Prefeitura executou os pagamentos previstos, sendo registrado o valor de R\$ 1.485.250,31 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e trinta e um centavos), gerando um acumulado de R\$ 5.796.586,33 (cinco milhões, setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e trinta e três centavos). Explicou que no mês de abril ocorre alteração da alíquota suplementar conforme previsto na lei 5307/2008 (instituiu o plano de custeio do IPMJ) sendo que apenas o IPMJ repassou com a nova alíquota de 18,01%, e os demais por terem repassado conforme a competência de março/22, ainda repassaram com a alíquota de 16,52% , totalizando o valor de R\$ 2.126.311,91 (dois milhões, cento e vinte seis mil, trezentos e onze reais e noventa e um centavos), acumulando o valor de R\$ 9.978.195,01 (nove milhões, novecentos e setenta e oito mil, cento e noventa e cinco reais e um centavo), encerrando-se as receitas com um acumulado de Abril/22 de R\$ 44.249.590,37 (quarenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e noventa reais e trinta e sete centavos). Das receitas extra orçamentárias destacou que se tratam de valores retidos para repasse aos destinatários posteriormente. Das despesas orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhado, liquidado,





pago e a pagar; destacou as previdenciárias (aposentadorias, pensões e PASESP), sendo registrado o valor de R\$ 8.133.792,30 (oito milhões, cento e trinta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e trinta centavos) e o valor de R\$ 1.208.637,75 (um milhão, duzentos e oito mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos) referente as aposentadorias e pensões, e R\$ 8.088,17 (oito mil, oitenta e oito reais e dezessete centavos) referente ao PASEP. Apresentou as despesas administrativas, esclarecendo que estas são retenções para o pagamento de pessoal e seus encargos, manutenção administrativa, predial e veicular, e outras despesas judiciais, encerrando o mês com o total de despesa empenhadas de R\$ 9.685.171, 25 (nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e setenta e um reais e vinte e cinco centavos), acumulando o valor de R\$ 39.095.072,63 (trinta e nove milhões, noventa e cinco mil, setenta e dois reais e sessenta e três centavos). Em seguida destacou o resumo do balanço financeiro com os dados financeiros e patrimoniais, conforme as normas contábeis. Apresentou o Extrato da Movimentação das Disponibilidades de Recurso, descrevendo os registros dos resgastes e aplicações ocorridos no período, repassando rapidamente pelo relatório de despesas pagas, totalizando o valor de R\$ 9.543.845,60 (nove milhões, quinhentos e quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos). No Relatório Gerencial verificou-se de forma resumida tudo que foi registrado balancete orçamentário, iniciando pelo acompanhamento da taxa de administração e a execução orçamentária a saber, as receitas previdenciárias e administrativas, as despesas previdenciárias empenhadas e as administrativas empenhadas, o resultado financeiro. A presidente Rossana anunciou sua chegada, entretanto, afirmou que a condução continuaria com a Sra. Sandra. O assessor Luiz deu continuidade a apresentação expondo o relatório de investimentos do instituto, destacando as dificuldades do mercado financeiro em todo o mundo, afirmou ainda que a bolsa de valores no Brasil está muito sensível operando em queda, apresentando como causas: a greve dos servidores do Banco Central, as incertezas sobre o comando da Petrobras, inflação de 1,62% com a maior variação desde 1994, a alta da taxa de juros nos Estados Unidos e a dificuldade da China em manter sua cadeia produtiva devido a pandemia de covid-19, afetando muito todo o sistema econômico global. Apresentou o acompanhamento do valor líquido do patrimônio do IPMJ, que em janeiro possuía aproximadamente 629 milhões, caindo para 628 milhões em fevereiro. Afirmou que março foi um mês positivo para o Brasil, pois o país apresentou-se como um refúgio de capital estrangeiro no período da guerra, entretanto, em abril o patrimônio voltou a cair chegando a 627 milhões, em decorrência dos problemas no mercado financeiro conforme já descritos. Afirmou que 65,11% da carteira de investimentos do instituto é composta de renda fixa por ser uma medida mais cautelosa, apresentando um rendimento de 0,64% em janeiro, em fevereiro 1,03%, em março quase 2%, em abril 1,51%. Destacou que a renda variável, é um investimento exposto a bolsa brasileira, apresentado rendimentos em janeiro/22 de 2,31%, em fevereiro 0,41%, em março 4,7%, e em abril os 27,35% do patrimônio que está investindo em renda variável apresentou rendimento negativo de -7,71%. Afirmou que quanto aos investimentos no exterior o rendimento foi em janeiro de -15,08%, em fevereiro -6,53%, em março -4% e em abril -9,29%. Declarou que sempre buscam com





os números e estudos maximizar os investimentos da carteira do instituto, como no caso da movimentação do fundo IT NOW BOVESPA FUNDO DE INDICE - BOVV11, que é um fundo que foi resgatado totalmente, considerando o risco de queda do Ibovespa, ocorrendo o resgate no auge com mais de 121 mil pontos, acrescentando que se não houvesse resgatado deste fundo os investimentos em renda variável estariam muito pior, afirmando que o valor do fundo foi investido em um fundo de SMALL CAPS que gerou um bom rendimento de 0,45%, saindo com esta movimentação de um fundo que hoje estaria negativo para um fundo que demonstrou-se positivo. O assessor apresentou a distribuição do patrimônio em porcentagem conforme o enquadramento da resolução 4963/2021, destacando que o instituto sempre está abaixo dos limites determinados pela legislação. Foi apresentado um gráfico demonstrando a locação por tipo de ativo apresentando a justificativa de que os investimentos estão bem distribuídos. Quanto aos fundos estressados relatou que o investimento FIDC MULTISSETORIAL, que é um fundo que acompanhado mensalmente, este apresentou um prejuízo de rendimento totalizando o valor de R\$ 1.807.770,35 (um milhão, oitocentos e sete mil, setecentos e setenta reais e vinte e cinco centavos), com uma amortização de R\$ 6.908.769,93 (seis milhões, novecentos e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos). Quanto ao investimento no fundo PATRIA SPECIAL OPPORTUNITED expressou a preocupação do instituto, considerando que foi aplicado no fundo R\$ 2.823.363,14 (dois milhões, oitocentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e três reais e quatorze centavos) com um rendimento negativo de R\$ 2.809.627,24 (dois milhões, oitocentos e nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) permanecendo o saldo de apenas R\$ 13.735,34 (treze mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos), afirmando que como medida foi solicitada uma reunião com o gestor deste investimento para verificar tal situação e adotar providências. A presidente Rossana questionou se foram feitos resgates do fundo PATRIA sendo respondido pelo assessor que não houve resgate desse fundo. Continuou a exposição apresentando um quadro com a locação por investidor ocorrida em abril com as devidas porcentagens e valores, com um patrimônio total líquido somado em R\$ 627.835.204,98 (seiscentos e vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e quatro reais e noventa e oito centavos). Na apresentação de métrica de risco de cada investimento para cada fundo foi retratada a demonstração dos fundos na carteira nos últimos 12 meses, apresentando os gráficos pertinentes. Após a apresentação a Conselheira Renata questionou pelo chat "Em relação ao fundo estressado negativo, quais as medidas q o instituto pode tomar para amortizar ou até mesmo inverter essa situação?", sendo respondido que estão estudando, entretanto argumentou que trata-se de um fundo engessado, porém sempre apresentam questionamentos ao gestor quanto as políticas adotadas para melhorar o investimento, também afirmou o assessor que outros institutos que estão na mesma situação também foram procurados para verificar quais medidas podem ser adotadas. O assessor comprometeu-se em repassar mais informações na próxima reunião, afirmando ainda que não tem localizado o gestor do fundo. O Dr. Caluza complementou a resposta afirmando que já foi questionado se é possível adotar





medidas para requerer o ressarcimento deste fundo, porém argumentou que é necessário demonstrar que houve má gestão do fundo, realização de atos contrários à lei ou ao regulamento, entendo que, sem estas comprovações, a questão configura risco normal que está submetido o investidor no mercado financeiro. Encerrada a apresentação foi aberta a votação, o balanço e o balancete foram aprovados conforme parecer do Conselho Fiscal por unanimidade. 3- Relatório de Gestão Atuarial triênio (2019/2021) O assessor Luís apresentou o relatório, destacando que o relatório demonstra a receita e as despesas, a gestão atuarial e o resultado atuarial do período de 2019 a 2021. Explicou que o cálculo é um modelo matemático atuarial que simula a evolução provável dos fluxos financeiros, apresentando se ao final haverá um superávit ou um déficit e se é possível cumprir as necessidades financeiras do instituto pelos próximos 75 anos. Apresentou um comparativo entre as receitas estimadas/projeção atuarial e as receitas realizadas/balancete analítico aprovado, destacando que a receita realizada no período foi maior que a estimada, explicando que isto se deve em consequência das operações financeiras, sendo uma operação contábil. Apresentou o quantitativo de segurados, destacando que o número de ativos/contribuintes diminuiu, entretanto, o número de passivos/beneficiados aumentou. Destacou que o déficit atuarial tem aumentado, chegando no triênio em próximo de 57% o aumento. Apresentou que o estudo aponta como principais causas do déficit: crescimento do fundo de previdência em ritmo menos acelerado que o das provisões matemáticas, crescimento das provisões matemáticas devido a diminuição do tempo que falta para cada um atingir a elegibilidade de aposentadoria, crescimento das provisões matemáticas devido a incremento salarial em função de bonificações/tempo de serviço, alteração nas tábuas de mortalidade cuja a renovação anual reflete no incremento de expectativa de vida dos participantes, gerando um aumento da responsabilidade do plano de benefício e aplicação da taxa de juros produzindo menor retorno no montante. Em resumo o estudo demonstra que nos últimos 3 anos as despesas realizadas foram superiores as estimadas, que o número de ativos está diminuindo enquanto o número de pensionistas e aposentados está aumentando e que o déficit atuarial aumentou. Por fim o estudo recomenda a mitigação das condições que impactam no equilíbrio financeiro atuarial do RPPS com intuito de trazer o custo previdenciário ao patamar condizente com a realidade atual a exemplo da reforma previdenciária prevista pela Emenda Constitucional 103/2019, principalmente quanto as condições de elegibilidade para aposentadoria. Após a apresentação o Conselheiro Carlão questionou pelo chat *“qual o critério adotado para aplicar no pátria, mesmo sendo operação de risco?”* seguido da Conselheira Danielli que questionou *“Se o pátria está caindo, não seria conveniente retirar uma parte e investir em um fundo que esteja dando mais lucro? Que seja do mesmo enquadramento”*, sendo respondido que o instituto possuiu um tripé que orienta seus investimentos, baseado ele na rentabilidade, segurança e liquidez do investimento, destacando que nunca ocorrerá muito dos três, pois na prática deve-se abrir mão de um deles, havendo momentos em que se prioriza a rentabilidade, mas exige-se a segurança ou a liquidez, porém destacou que sempre procuram equilibrar este tripé, utilizando-se ainda da diversificação dos investimentos, para maior segurança da





carteira. Quanto ao investimento do Pátria relatou que se trata de um fundo fechado, não sendo possível a retirada no momento, procurando sempre olhar para o futuro dos rendimentos do fundo. Dr. Caluza complementou que o Pátria é um FIP, sendo um investimento de risco, que permitiria uma maior rentabilidade, tendo a regulamentação deste tipo de investimento sido posteriormente alterada em diversos pontos, havendo atualmente novas exigências restringindo investimentos como este. O Conselheiro Carlão questionou sobre as taxas e a aplicação, sendo respondido pela presidente Rossana que o CAIF é responsável pelos estudos e investimentos, a assessora Fabiola complementou as respostas, esclarecendo que o fundo Pátria é um fundo que investe em Shopping, e que este investimento foi iniciado em 2012 quando este era um dos fundos mais rentáveis, entretanto durante a pandemia os shoppings fecharam, gerando tal prejuízo, e que por enquanto não foi verificado qualquer erro do gestor, afirmando que até 2017 era muito rentável o fundo, mas este foi atingido pela pandemia, que complicou o endividamento da empresa Tenco (administradora dos shoppings). O assessor Luís respondeu ainda que um investidor agressivo seria um investidor que assume riscos altos, o que não é o caso do instituto, devido a diversificação da carteira. Por fim, encerrou-se a apresentação.

4- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros quinze expedientes de concessão de benefícios para análise, sendo: onze aposentadorias e quatro pensões, não havendo manifestações. A Sra. Sandra anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Ana Paula de Oliveira Souza, Mariléa Rosa Gomes, Luzia Erbene Castelo Branco Medeiros, Luciana Eneide Pereira da Silva, Eliete Alves dos Santos, Jorge Pereira de Deus, João da Silva, Regina Célia Espinosa Rodrigues, Geni Cardoso, Olair José de Almeida e João Leite; Pensões: Celeste Cursinho da Silva Gonçalves - Beneficiário: Jacir Gonçalves; Osvaldo Dias dos Santos - Beneficiário: Rosemara Salete dos Santos; Silvio Nogueira Beda - Beneficiário: Claudia Regina de Moraes Rodrigues Beda; Luciano Aguilar - Beneficiário: Sara Soares Aguilar. Aberta a votação todos se manifestaram favoráveis, sem nenhuma rejeição.

5- Informes: a) Reforma de Previdência: marcada nova reunião com os vereadores, sendo aberto ao sindicato a participação, podendo ocorrer a participação do conselho, porém foi solicitado pela presidente que o número seja mais reduzido para qualificar a discussão, sendo proposto que 2 ou 3 pessoas participassem como representantes do conselho, ficando as manifestações de interesse de participação para depois de encerrada a reunião. b) Congresso de Fortaleza e Congresso Jurídico e Financeiro em São Paulo: a presidente respondeu a Conselheira Daniele e Adriana que o instituto encaminhará 4 pessoas para participarem do congresso em Fortaleza, sendo o Conselheiro do CAIF, a Diretora Renata, o assessor da presidência Luís e a Conselheira Luciene, explicando que o critério foi de escolha pessoal da presidência, esclarecendo que o congresso é destinado apenas para representantes e por este motivo escolheu a conselheira Luciene, afirmou ainda que haverá um congresso em São Paulo em agosto, que todos que desejarem poderão participar considerando que devido a localidade não há custos muito elevados ao instituto. Será aberto para todos que desejarem participar, informações depois, respondeu que Renata, Luiz, Lucieni, Clévio





do CAIF, respondendo a conselheira Daniele, afirmou que convidou a Conselheira Luciene para o congresso em Fortaleza porque ela foi eleita como representante dos conselheiros, sendo o encontro específico para os representantes dos conselhos, sobre o assunto os conselheiros se manifestaram no chat “*Mas esse negócio de convidar é um desrespeito aos outros eleitos. Teria que ver o interesse de quem ainda não foi a um congresso. Dar oportunidade igual para todos*” – Conselheira Danielle, as Conselheiras Adriana e Sueli concordaram com a Conselheira Danielle, tendo ainda a Conselheira Sueli sugerido “*Deveria ser sorteio pra ser democrático*”, também houve manifestação questionando a participação frequente de alguns servidores do instituto enquanto há conselheiros que ainda não participaram de formações. A Conselheira Sueli perguntou sobre emenda constitucional recente que trata do adicional de insalubridade e aposentadoria dos ACS, sendo respondido pelo Dr Caluza, que neste caso se aplicam as regras de aposentadoria especial ou não dependendo de quando o servidor cumprir as regras, e sobre o cálculo, dependerá do cálculo das médias. A Conselheira destacou a necessidade de dar a informação correta tanto para os inativos como para os ativos. Dr. Caluza firmou que quanto aos paritários pode ser feita a consulta a Secretaria da Previdência para responder como será a condução destes casos. A Conselheira Daniele questionou sobre a nova sede, sendo respondido que o processo de construção da nova sede está caminhando, estando com a Sra. Renata diretora do IPMJ, aguardando licitação dos projetos. Quanto ao questionamento sobre a formação para a certificação dos conselheiros o assessor Luiz afirmou que inicialmente estava verificando a possibilidade de uma formação on-line ou presencial, para atender as necessidades de todos conselheiros. A presidente complementou que estão verificando a aquisição dos cursos para os conselheiros para a capacitação. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 10h53. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, trinta e um de maio de dois mil e vinte e dois. \*\*\*\*\*

**PRESIDENTE**

Rossana Vasques

**CONSELHEIROS**

Adriana Cristina de Souza Faria

Carlos Augusto Zani

Danielle de Paula

Dayane Lisboa Azevedo



**Carlos Abreu dos Santos**

**José Ricardo Vinhas**

**Lucieni Cristina Galvão Lázaro**

**Márcia Ap. de Siqueira Arnaldo**

**Sueli da Silva Alves da Cruz**

**Renata Ramos Vieira**

**Rosimeire Godoy de Lima**

**Reynaldo Bueno Prianti Neto**

**Victor Adriano Vieira Silva**